

Registrada e publicada na Secretaria Municipal em 17 de novembro de 1956.

Pelo Secretário Boutadon.

ANO

Lei nº. 269, de 17 de novembro de 1956.

Que dispõe sobre convênio a firmar com o D.E.R., para fixação de normas e restrições sobre melhoramento e execução das transeunias desta cidade.

Wilson de Sousa Lopes, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas pela Lei:-

Faço saber que a Câmara Municipal decreta a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar com o Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo, convênio para fixação de normas e restrições relativas aos melhoramentos que o D.E.R. se propõe a executar nas transeunias desta cidade, com as particularizações da rodovia Virgem Grande - Piedade.

Artigo 2º - O convênio será por um prazo de cinco anos, que fica fixado como parte integrante desta Lei.

Artigo 3º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a proceder em dispensa, com as condições da presente Lei, cujo crédito será oportunamente aberto.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 17 de novembro de 1956.

O Prefeito Municipal



Registrada e publicada na Secretaria Municipal, em 17 de Novembro de 1956.

Secretaria Municipal

CMR

Anexo constante do artigo 3º da Lei no 369, de 17 de Novembro de 1956.

"Minuta de Bônus ou Bem da Prefeitura do Estado para fixação de Normas e Restrições Relativas aos Melhoramentos que o D.E.R. se propõe a executar nas travessias das Bidades."

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, autarquia criada pelo Decreto-Lei no 16546 de 26 de Dezembro de 1946 e o Município de Piedade, representado o primeiro pelo seu Prefeito Municipal, Luiz...

...segundo pelo seu Prefeito Municipal, pela presente e melhor forma de direito convenienciar-se, entre si, o estabelecimento de normas atinentes à abertura, construção, pavimentação, conservação, fiscalização e restrição pela passagem de rodovias estaduais quando necessariamente tiverem que cruzar o perímetro urbano do Município, ou quando se localizarem nas proximidades deste, mediante as condições que reciprocamente estipularem.

Principalmente, o presente convênio se torna necessário e perfeitamente justificável em face do natural e ininterrupto progresso dos Municípios paulistas que, em seu desenvolvimento ou perimento, aliás, necessário, por viverem sob o mesmo regime de jurisdição nos limites das rodovias, exigem a permanência a esfera de ação do Estado, pela autarquia competente. Nada mais acionável,

portanto, que a presente medida pacificadora a fim de se evitar, em futuro, conflitos por-tivos de jurisdição territorial.

É com este objetivo que os signatários da presente formulam as normas a seguir especificadas, abrangendo 2 situações, quais sejam: 1º)- quando a estrada de rodagem estadual já tiver cruzado o perímetro urbano do município; 2º)- quando o perímetro urbano ou subúrbano do município, em seu alongamento natural, vier atingir as rodovias - estaduais.

1ª Situação

"Obrigações Comuns."

a)- A fixação do perímetro urbano, limite dos dois jurisdições sobre a rodovia estadual, será levado a efeito pelos duas partes e deverá constar da planta, elaborada pelo DBR para esse fim, devidamente aprovada pela Prefeitura Municipal. Tal divisa deverá ser revista e medida que precise determinar o desenvolvimento urbano do Município, a fim de qualquer das duas partes.

b)- O estudo da travessia - vias públicas que constituem o prolongamento da rodovia dentro do perímetro urbano, deverá ser elaborado pela Prefeitura Municipal, sob a orientação técnica do Departamento de Estrada e Rodagem e deverá constar da planta referida no item a) anterior.

"Obrigações do DBR."

(a) Parâmetros, em suas expressões, as vias públicas que constituem prolongamento da rodovia já pavimentada, dentro do perímetro urbano. Essa parâ-

manutenção será executada nos trechos onde não houver qualquer revestimento superior e permanentemente respeitadas as faixas existentes, mediante estudos elaborados pelo DER.

B)- Proceder ao refator da pavimentação existente, dentro do previsto no plano, abrangendo as ruas e vias públicas que constituam a travessia firmada em acordo com item 5) das obrigações comuns.

"Obrigações da Prefeitura Municipal"

A)- Limitar o tráfego de veículos nas ruas destinadas como travessia, não permitindo, em hipótese alguma, o tráfego de veículos com rodas articuladas ou com o eixo com mais de 5 (cinco) centímetros de largura e de veículos de seis eixos.

B)- Policiar o tráfego de veículos no sentido de impedir o congestionamento das ruas tidas como travessia e proibir o estacionamento dos mesmos nas ruas quando assim exigir a necessidade de melhor escoamento de veículos através da área urbana do município.

C)- Proceder a limpeza constante e permanente das ruas públicas, a fim de serem evitados os pontos de acúmulo de lixo e sujeira.

D)- Não executar obras nos limites das ruas públicas, de modo a impedir o tráfego normal, sem previamente obter aprovação expressa do DER, para que este escorra-se dos cuidados exigíveis de fiscalização e segurança de trânsito.

E)- Isentar o DER de qualquer responsabilidade pelos acidentes de trânsito advindos do mau uso ou falta de sinalização das ruas públicas.

F)- O não cumprimento no conteúdo das

itens fe, g e il, dentro obrigação, devida dentro ao DER, de proceder os reparos necessários a adequação da pavimentação, nos locais danificados, por conta do P.R.E. do município.

"2ª Situação"

Obrigações ao DER

(a)- não perdendo a entrada rodagem o caráter de rodovia, afluente à DER pela pavimentação, conservação, policiamento, sinalização e demais medidas que se forem necessárias em benefício do trânsito e da segurança do usuário da via de comunicação.

(b)- O cruzamento da pista se fará em ponto determinado a critério do DER e pela forma por este estabelecida.

(c)- Na hipótese de ser necessários trabalhos de alto nível na estrada, objetivando o fornecimento de serviço de utilidade pública de uma localidade para outra da rodovia, tais como água, luz, gás, telefone, etc., permitirá o DER que se executem, em serviço, mediante planos previamente estabelecidos, com a faculdade de qualquer data e sua realização e o tempo necessários para a conclusão dos obras. o DER finalizará os trabalhos, e a seguir, executará os reparos necessários.

"Obrigações da Prefeitura Municipal"

(a)- Fomentar os planos de loteamento e de propriedade dos marginais às rodovias, somente depois dos mesmos estarem previamente aceitos pelo DER.

(b)- não permitir qualquer construção a menos de 15 metros contados do limite da estrada de rodagem, em obediência ao decreto estadual 13.626 de 1943.

6)- Proibir as instalações nas margens das rodovias, estabelecer um mínimo de 100 metros - por intermédio de aterro, muro ou linha de arborização - que impeçam a serem atividades industriais ou comerciais consideradas perigosas, tais como explosivos, inflamáveis, tóxicos em todas as suas espécies, desde que suas emissões possam atingir ou eventualmente por seu risco os usuários da estrada.

As cláusulas e condições do presente Convênio podem ser alterados por consenso expresso do UER e Município, desde que não ocorram em condições não previstas.

A denúncia do presente Convênio, pelo Município, antes do prazo de 5 (cinco) anos e sem aquiescência do UER, obrigará a indenizá-lo por todos os danos que efetuar em decorrência do Convênio, ocorrendo este pagamento por conta do UER do Município."

Prefeitura Municipal de Piedade, em 17 de Novembro de 1956.

~~Prefeito Municipal~~
J. L. S.

Lei nº. 270, de 17 de Novembro de 1956.

Que dispõe sobre isenção de todos os impostos municipais às indústrias que se instalarem neste município, desde que não existam similares etc.

Wilsons de Souza Lopes, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas pela Lei:-